



POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

KUARÁ CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA. – CNPJ: 41.179.663/0001-00

SUMÁRIO DO DOCUMENTO	Descreve as práticas de gestão de risco da empresa
Referência	Maio/2023
Confidencialidade	Público
Versão	V3
Estado	Aprovado
Emissor	Risco e Compliance
Autor	Manuel S. Duarte de Oliveira
Cargo do Autor	Diretor de Risco e Compliance
Data de Criação	27/05/2021
Última Atualização	09/05/2023



POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

1. Introdução

A Kuará Capital Gestora de Recursos Ltda. ("Kuará Capital") possui uma abordagem de gestão integrada dos riscos envolvidos na atividade de gestão de recursos de terceiros, sejam eles de investimentos das carteiras de valores mobiliários, ou de questões legais, de ética e conduta.

A Kuará Capital realiza a gestão de fundos de investimento: (i) em direitos creditórios constituídos no âmbito da Instrução CVM nº 356/2001, e alterações posteriores ("ICVM 356"); (ii) em direitos creditórios não-padronizados, de acordo com a Instrução CVM nº 444/2006, e alterações posteriores ("ICVM 444"); (iii) em participações conforme a Instrução CVM nº 578/2014, e alterações posteriores ("ICVM 578"); e (iv) imobiliários, nos termos da Instrução CVM n.º 472/2008, e alterações posteriores ("ICVM 472").

Nesse sentido, para fins de atendimento à legislação e regulação aplicável, e para o cumprimento da sua responsabilidade fiduciária para com os melhores interesses dos seus cotistas/investidores, a presente Política de Gestão de Risco ("Política") descreve as práticas de gestão de risco da Kuará Capital.

2. Responsabilidades

A área de Risco e Compliance da Kuará Capital é única, promovendo assim uma estrutura integrada de gestão de riscos. Entende-se como "risco de compliance" o possível descumprimento de disposições legais, éticas e de conduta, e os prejuízos daí decorrentes. As regras, procedimentos e controles internos para tratamento e mitigação do risco de compliance encontram-se em documento específico, o "Código de Ética e Manual de Compliance".

Em atendimento à Resolução CVM nº 21/2021 ("Resolução CVM 21"), é de responsabilidade da área de Risco possuir procedimentos e controles que permitam o monitoramento, mensuração e o ajuste permanente dos riscos inerentes a cada uma das carteiras de valores mobiliários. Esse arcabouço é estruturado de acordo com as especificidades e formas com que cada tipo de risco se apresenta, e na especificidade de cada carteira.

2.1. Tipos de Risco

Abaixo encontram-se os principais tipos de risco cujas abordagens e tratativas são descritas neste documento:

- **Mercado** – diz respeito às potenciais perdas financeiras em função de variações diárias no preço dos ativos aos quais estas estão expostas;
- **Crédito e Contraparte** – diz respeito às potenciais perdas financeiras em função de inadimplência, ou quebra de compromisso firmado, por parte de terceiros;



- **Liquidez** – diz respeito à capacidade converter a exposição em ativos para caixa, a fim de honrar obrigações de curto-prazo, sem que se incorra em perdas financeiras;
- **Operacional** – diz respeito às potenciais perdas financeiras que derivem de mau funcionamento, ou incumprimento, dos fluxos e processos inerentes ao funcionamento da empresa no exercício das suas atividades.

2.2. Escopo de Atuação

Perante a sua responsabilidade geral de mitigar os riscos mencionados na seção anterior, a área possui tratativas específicas a cada um dos tipos. Pode-se, porém, resumir o escopo de atuação da área conforme abaixo:

- **Políticas e Procedimentos:** definição dos riscos a serem monitorados, de políticas e metodologias de controle, bem como validação e aprovação de novos produtos e instrumentos;
- **Controle:** execução das políticas e controles definidos, monitorando as exposições assumidas e os seus respectivos limites de exposição e risco;
- **Comunicação:** envio de relatórios de exposição e risco, bem como a organização de comitês para discussão de questões de caráter específico;
- **Ação:** exigência e acompanhamento de ações para correção de inconformidades identificadas em relação às políticas definidas, bem como coordenação de tratativas a casos específicos discutidas em comitê.

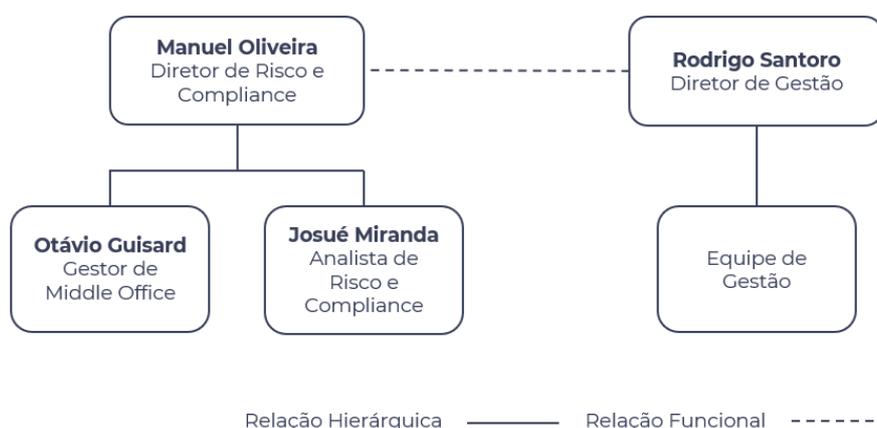
3. Estrutura da Área

A área de Risco e Compliance é área única, sendo de responsabilidade do Diretor de Risco e Compliance a delegação de tarefas específicas aos Colaboradores que a integrem. Abaixo encontra-se breve descrição das tarefas que se enquadram em questões de Risco, e das que se enquadram em Compliance:

- **Risco** - dizem respeito a questões de investimento, tais como as restrições de exposição e risco impostas aos veículos de investimento sob gestão; à precificação de ativos; e ao funcionamento da infraestrutura de sistemas de informação, controle e operacionais em geral;
- **Compliance** - dizem respeito ao cumprimento do disposto no “Código de Ética e Manual de Compliance” para fins de mitigação do risco decorrente de eventual inobservância às disposições legais aplicáveis, questões de ética e conduta, e de relacionamentos em geral.

3.1. Organograma

A área de Risco e Compliance é área independente e segregada da área de Gestão, tanto em relação às suas funções, quanto ao seu reporte hierárquico. A área reporta-se diretamente ao Diretor de Risco e Compliance, tendo qualquer um dos integrantes da área abertura para questionar e dialogar com o mesmo sobre qualquer assunto relativo à condução dos negócios da empresa. O Diretor de Risco e Compliance e o Diretor de Gestão têm relação hierárquica horizontal de reporte funcional.



3.2. Área de Gestão

Sem prejuízo das atribuições da Área de Risco e Compliance, caberá ao Diretor de Gestão tomar todas as providências necessárias para ajustar a exposição a risco das carteiras, com base nos limites previstos nesta Política de Gestão de Risco e nos regulamentos dos fundos, incluindo a proposta de planos de ação, conforme aplicável.

3.3. Comitê de Risco e Compliance

A Kuará Capital possui estrutura de comitês para apresentação e deliberação sobre questões específicas nos seus respectivos mandatos. A área de Risco e Compliance possui um único comitê geral, o “Comitê de Risco e Compliance”. Este, por sua vez, poderá organizar-se em forma de subcomitês conforme a extensão ou especificidade da pauta demande.

Abaixo encontra-se breve descrição do mandato, composição, frequência e forma de registro de decisões do Comitê de Risco e Compliance:

- **Mandato:** monitorar as diferentes exposições a riscos assumidos pelas carteiras sob gestão, bem como os desenvolvimentos no ambiente regulatório e de melhores práticas, e a sua relação com a estrutura da empresa. Deliberar e tomar providências quanto às questões discutidas.

- **Composição:** Diretor de Gestão, Diretor de Risco e Compliance, Analistas de Gestão, Analistas de Risco e Compliance;
- **Frequência:** mensal, podendo ser convocada extraordinariamente conforme o Diretor de Risco e Compliance entender necessário;
- **Registro Decisões:** poderá dar-se através de ata escrita, e-mail cujo destinatário contenha todos os membros que compõem o comitê, apresentação em formato power point, ou ainda por gravação audiovisual.

4. Ferramentas e Controles

4.1. Sistemas

Para fins do exercício das suas funções no que diz respeito aos controles de exposição e risco descritos neste documento, e controles descritos nas demais políticas, a área de Risco conta com recursos tecnológicos de desenvolvimento interno e sistemas externos contratados.

Os sistemas de desenvolvimento interno dizem respeito, principalmente, ao estabelecimento de rotinas automatizadas de trocas de dados e geração de relatórios específicos, desenvolvidos utilizando Microsoft Excel, uma base de dados interna SQL, e as linguagens de programação Python e PowerShell.

Como sistemas externos contratados, a área conta com uso do Atlas PAS, fornecido pela Britech, Broadcast, fornecido pela Agência Estado, e RISC, fornecido pela Advice Compliance Solutions.

O Atlas PAS é o principal sistema de controle de posição e risco da Gestora, e os resultados extraídos em relação às carteiras, permitem:

- Controle e conciliação de posição com as custódias;
- Processamento gerencial de carteiras e projeção de rentabilidade;
- Cálculo de diversos indicadores para controle de risco de mercado, crédito e liquidez;
- Verificação do enquadramento regulatório de carteiras
- Acompanhamento histórico e elaboração de estudos específicos.

4.2. Fontes de Dados

A disponibilidade e extração de dados de qualidade é parte fundamental para que sejam possíveis os corretos monitoramentos e controles da área de Risco e Compliance. Nesse sentido, as fontes públicas independentes ou oficiais de dados são preferidas, sendo hoje os principais fornecedores de dados utilizados: Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), Banco Central do Brasil, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), CVM, e agências independentes de rating.

Os sistemas externos contratados possuem base de dados integradas com os principais fornecedores oficiais, de tal forma que não existe inserção manual de dados públicos no sistema por parte da área de Risco e Compliance para fins dos controles descritos neste documento.



Adicionalmente, para determinados mercados, ativos ou classes de ativos, é possível que não existam fontes oficiais e independentes organizadas de forma suficiente. Nesse caso, fazendo uso da sua diligência, a área de Risco e Compliance suporta-se na existência de fontes de dados alternativas, tais como os *calls* de negociação de ativos organizados por corretoras, laudos e pareceres técnicos independentes. Para ativos específicos que não tenham histórico ou divulgação de determinados dados necessários aos controles, a área poderá utilizar-se de variáveis por similaridade (*proxies*) que considere adequadas e devidamente formalizadas.

Para fins de gestão do risco de liquidez em específico, conta-se com a colaboração do administrador, e que este compartilhe dados adequados quanto à composição do passivo (cotistas/investidores) das carteiras sob gestão.

4.3. Relatórios

Para as suas atividades de controle e comunicação quanto às exposições e riscos assumidos pelas diferentes carteiras de valores mobiliários sob gestão, bem como ao monitoramento das questões de *Investment Compliance* descritas no Código de Ética e Manual de Compliance, a área de Risco e Compliance possui uma estrutura de relatórios diários e mensais de cunho de circulação interna distribuídos a todos os integrantes das áreas de Gestão, Risco e Compliance da empresa.

Os relatórios que, além de suportarem a tomada de decisão da área de Gestão, têm como principal função o controle em sentido estrito das restrições de exposição e risco impostas às carteiras sob gestão (“relatórios de risco”) são compostos por:

- Informações gerais sobre a carteira;
- Indicadores de risco específicos ao tipo de controle e carteira;
- Exposições em diversas formas de consolidação de posição;
- Rentabilidade absoluta e relativa.

Os relatórios de *Investment Compliance* (“relatórios de compliance”) possuem estrutura específica a cada uma das práticas, tal como descritas no Código de Ética e Manual de Compliance

4.4. Limites de Exposição e Risco

Os limites de exposição e risco controlados, podem ter três origens distintas, apresentadas abaixo e ordenadas de forma hierárquica:

- **Regulamento:** quando o próprio regulamento da carteira de valores mobiliários estabelece formalmente o tipo de medida a ser controlada, bem como o seu nível máximo;
- **Política de Investimento:** quando, ainda que não seja definido formalmente no regulamento, o cotista/investidor determina na sua política de investimentos a medida a ser controlada, bem como o seu nível máximo;
- **Gerencial:** na ausência de definição de limites em regulamento, ou política de investimentos, são controlados limites de cunho gerencial, estabelecidos por metodologias internas. Os

limites gerenciais diferem por tipo de risco e encontram-se apresentados nas seções seguintes.

4.5. Monitoramento de Limites

A área de Risco e Compliance é responsável pelo controle em sentido estrito quanto à ocupação de limites de exposição e risco, controle o qual é realizado por meio do sistema Atlas PAS e dos relatórios diários de exposição e de risco mencionados anteriormente. Segue-se um sistema de sinalização preventiva, dando destaque especial nos relatórios aos fundos com uso elevado do seu limite total através de um esquema de cores:

- **Verde** - até 75% do limite;
- **Amarelo** - de 75% até 100%, simbolizando alerta e exigência de atenção específica;
- **Vermelho** - a partir de 100%, simbolizando extrapolação do limite. Adicionalmente neste caso, é exigido ao gestor do fundo: justificativa para a ocorrência; proposta de plano de ação para enquadramento da carteira.

A alçada para tomada de risco é de discricionariedade da área de Gestão, desde que dentro dos limites estabelecidos em regulamento, política de investimento do cotista/investidor, ou gerencialmente por esta política.

5. Risco de Mercado

Entende-se como risco de mercado a possibilidade de perdas financeiras em função das variações diárias no preço dos ativos ("marcação a mercado") aos quais as carteiras de valores mobiliários estão expostas. Este capítulo descreve as medidas de risco de mercado calculadas, monitoradas e controladas, bem como os seus parâmetros básicos de cálculo adotados e os limites a serem observados.

É mensurado, monitorado e controlado, principalmente, através de duas métricas, sendo uma aplicável para ativos líquidos e a outra para ativos ilíquidos, cujas interpretações encontram-se explicitadas nas subseções abaixo. Como complemento para fins de análise, e não de controle em sentido estrito, exceto quando explicitamente determinado no regulamento da carteira de valores mobiliários ou política de investimento do cotista/investidor, são computadas e monitoradas estatísticas ex-post das carteiras e ativos sob gestão.

5.1. Ativos Líquidos ("*Value-at-Risk*")

No caso de ativos líquidos, para os quais existe disponibilidade de fonte de preços diários, é computado e monitorado o *Value-at-Risk* ("V@R"), que indica a maior perda financeira projetada em termos absolutos que a carteira de valores mobiliários incorrerá, de acordo com intervalo de confiança de 95% e num período de um (1) dia útil. Adota-se uma metodologia delta-normal, sendo a volatilidade calculada por um modelo de médias móveis ponderadas exponencialmente (*Exponentially Weighted Moving Average* - EWMA) das últimas 84 observações e fator de decaimento de 0.94.



5.2. Ativos Ilíquidos ("*Stress Testing*")

No caso de ativos líquidos, tendo em vista a indisponibilidade de dados para cálculo de estatísticas paramétricas, é computada e monitorada uma medida discricionária de piores perdas financeiras possíveis dado um cenário de estresse de mercado, conhecida usualmente como exercício de "Stress Testing".

Esta é obtida por meio de simulação do impacto financeiro que diferentes cenários teriam sob o ativo e, conseqüentemente, os fundos. Esses cenários são definidos internamente no Comitê de Crédito, de forma prévia à aprovação e aquisição de cada ativo, e posteriormente revalidados no Comitê de Risco e Compliance. Entretanto, este monitoramento é utilizado apenas como complemento de análise e, portanto, não assume função de controle em sentido estrito.

5.3. Limites de Risco de Mercado

Tendo em vista a característica dos fundos que a Kuará Capital realiza a gestão, os quais: (i) possuem carteiras estruturadas com maturidade pré-definida; (ii) não permitem resgates antes do vencimento; (iii) têm posição em ativos líquidos decorrente apenas da necessidade de constituição de reserva de caixa; e (iv) têm como objeto da sua política de investimento a aquisição de ativos ilíquidos – não existem limites de risco de mercado gerais, que seriam eventualmente aplicados e controlados por classe ou família de fundos.

6. Risco de Crédito e Contraparte

Entende-se como risco de crédito, e de contraparte em geral, as possíveis perdas financeiras decorrentes da quebra de compromisso firmado com terceiros por parte deles. O principal tipo de quebra de compromisso é o de inadimplência financeira de contrapartes tomadoras de crédito, e cujos instrumentos específicos para contração de tal dívida/obrigação integrem a carteira dos veículos sob gestão.

O processo de aquisição e monitoramento é de ativos de crédito privado, e de obrigações a receber em geral, é delegado a um comitê específico, o Comitê de Crédito.

6.1. Comitê de Crédito

O Comitê de Crédito é um fórum de discussão e tomada de decisão colegiada, cujo mandato envolve a deliberação quanto a prospectos para novas aquisições de ativos, monitoramento e reavaliação de ativos já em carteira, e o eventual desinvestimento nos mesmos. Para a composição mínima do comitê deverá estar presente, pelo menos, um representante da Gestão e um da área de Risco e Compliance.

O comitê não é presidido por nenhuma área em específico, estando, no entanto, sujeito às deliberações e determinações do Comitê de Risco e Compliance, inclusive de verificação de antecedentes (*background check*). É de responsabilidade da:



- **área de Gestão** - apresentar as suas análises quantitativas e qualitativas das contrapartes em questão;
- **área de Risco e Compliance** - apresentar indicadores e estatísticas de mercado que suportem a discussão.

O comitê reúne-se com pauta pré-definida conforme o Diretor de Gestão entender necessário, a qual poderá ser para: (i) aquisição de novos ativos; e (ii) monitoramento e reavaliação de ativos.

O registro das deliberações e decisões do comitê serão realizadas em forma de ata escrita, e-mail cujo destinatário contenha todos os membros que compõem o comitê, ou apresentação em formato power point.

6.2. Aquisição de Ativos

A aprovação para aquisição de novos ativos é de responsabilidade do Comitê de Crédito, tal como descrito acima. Para tal, a área de Gestão realiza de acordo com a sua diligência análises qualitativas e quantitativas quanto à capacidade da contraparte honrar com o pagamento das suas obrigações.

Nessa análise, faz-se uso de indicadores e demonstrativos financeiros disponíveis, sendo pré-requisito para a aprovação do ativo a disponibilidade de dados e informações consideradas suficientes para fins de monitoramento, inclusive em relação às garantias, quando existirem.

Para o caso de ativos que venham a integrar a carteiras de fundos de investimento em direitos creditórios ou imobiliários, a análise poderá ser feita de forma individual ou pulverizada. As análises pulverizadas envolvem métodos estatísticos de agrupamento de risco, tais como atividade econômica, localização geográfica e tipos de garantias.

A efetiva aquisição do ativo está ainda sujeita:

- à verificação de compatibilidade do mesmo para com as disposições legais e de política de investimento das carteiras;
- à aprovação da contraparte no processo de *Know Your Counterparty*, descrito no Código de Ética e Manual de Compliance.

6.3. Monitoramento de Ativos

O monitoramento de ativos pelo Comitê de Crédito suporta-se nas análises elaboradas pela área de Gestão, bem como ao levantamento e estudo estatístico de indicadores de mercado aplicável por parte da área de Risco e Compliance. Tais análises são circuladas quinzenalmente por meio de correio eletrônico ("e-mail") para todos os integrantes do comitê

Mediante as informações circuladas, e conforme o Diretor de Gestão entender necessário, é convocada reunião do comitê para monitoramento aprofundado e reavaliação dos ativos que fizerem



parte da sua pauta, observando, no mínimo, dados de natureza da operação, valores, prazos, taxas de juros, e de indicadores e demonstrativos financeiros.

A reavaliação negativa poderá levar à necessidade de desinvestimento e ajuste de posição nas diferentes carteiras que se encontrem expostas ao ativo reavaliado. Nesse caso, o processo de ajuste de posição deverá seguir plano de ação específico a ser definido pelo comitê, observando os volumes financeiros a serem negociados e a liquidez disponível.

6.4. Metodologia de *Rating* Interno

O Comitê de Crédito suporta-se para a aprovação e posterior aquisição de ativos de crédito em metodologia interna de classificação de nível de risco, ("rating interno"). A observação da classificação de agências independentes de risco de crédito serve como complemento.

A metodologia envolve a ponderação de diversos fatores de risco, tais como políticos, jurídicos, de governança da empresa, setoriais, econômicos e ambientais, para atribuição de rating único. A ponderação dos riscos para atribuição do rating é de responsabilidade do comitê, o qual deverá formalmente rever as suas premissas conforme entender necessário e, no mínimo, anualmente.

6.5. Garantias

Caso a existência de garantias seja fator relevante na tomada de decisão de investimento em determinado ativo, as garantias devem passar por análise legal e econômica específica, e estarem regulares no momento de aquisição do ativo. Mantêm-se, nesse caso, monitoramento a tais garantias quanto à sua possibilidade de execução, valor de execução, bem como à existência de valor potencial através de usos alternativos da mesma.

7. Risco de Liquidez

Entende-se aqui como liquidez a facilidade com que um ativo se converte em moeda local ("caixa"). De um ponto de vista de gestão do risco de liquidez, observa-se que as carteiras sob gestão possuem alocação em ativos com diferentes níveis de liquidez, estando, porém, sujeitos à necessidade de caixa para honrar, em situações normais e de estresse, com:

- Solicitações de resgate;
- Chamadas de margem ou de aporte em investimentos específicos;
- Pagamento de encargos, taxas e despesas.

O risco de liquidez está, portanto, em primeiro lugar relacionado à incapacidade de converter os ativos investidos para caixa em tempo hábil o suficiente de forma a honrar as suas principais obrigações enunciadas acima. Dado que a conversão dos ativos em caixa envolve processo de negociação, o risco de liquidez diz respeito também às perdas financeiras que possam advir da necessidade de venda de volume de ativos que não possua demanda suficiente para suprir tal oferta aos preços correntes.

Para fins de controle e mitigação do risco de liquidez, é projetada a liquidez dos ativos e a demanda por caixa nos horizontes de tempo de 1, 5, 21, 42, 63, 126 e 252 dias úteis, buscando identificar quaisquer descasamentos entre a disponibilidade e demanda por liquidez das carteiras sob gestão.

7.1. Análise de Ativos

A liquidez dos ativos é avaliada e monitorada, principalmente, pelos dados de atividade de mercado secundário ("volume negociado"), salvo quando não exista fonte pública e independente que forneça esses dados quantitativos de forma suficiente.

Pelo fato de que ativos utilizados em margem, ajustes e garantias não podem ser vendidos no intuito de gerar caixa com a mesma facilidade que os demais, assume-se que é necessário um dia para o desbloqueio dos mesmos. Assim sendo, ativos nesta situação têm a sua liquidez apurada aumentada em 1 dia útil.

O tratamento e coleta dos dados diferem por tipo de ativo de acordo com as suas características e a estrutura de mercado secundário de cada.

7.2. Análise de Passivo

O passivo do fundo é composto pelas solicitações de resgate, chamadas de margem ou de aporte em investimentos específicos, e pagamento de taxas e despesas. O intuito fundamental da gestão de risco de liquidez é que as carteiras possuam posição em caixa suficiente a todo o momento para honrar com tais obrigações.

A gestão de necessidade de caixa para chamadas de margem toma como suporte as medidas estatísticas de risco de mercado, inclusive de *stress testing*.

O monitoramento de necessidade de caixa para pagamento de taxas e despesas é suportado pelo uso do sistema Atlas PAS, que possui funcionalidade de cálculo gerencial de tais obrigações, a serem confrontados com os dados oficiais fornecidos pelos administradores dos veículos de investimento.

A projeção e monitoramento do comportamento de solicitações de resgate tem as suas técnicas limitadas pela granularidade dos dados disponibilizados por cada administrador dos veículos de investimento sob gestão. A metodologia desenvolvida internamente, dada a disponibilidade de dados, suporta-se nas variáveis descritas nas subseções abaixo.

7.2.1. Regras de Movimentação

Para fins de atendimento às solicitações de resgate o primeiro elemento a ser observado é o prazo para resgate de cotas estabelecido nas disposições legais aplicáveis a cada veículo de investimento, de tal forma que veículos com prazos de resgate mais curtos devem, conseqüentemente, deter ativos de maior liquidez.

7.2.2. Comportamento de Resgates

Para projetar as solicitações de resgate são utilizadas as séries de dados históricos que descrevem o comportamento de resgates de cada veículo, e, considera-se ainda, que perdas financeiras são dos principais fatores que influenciem a decisão de solicitação de resgate. Nesse sentido, confrontam-se os dados de retorno e resgates para o cômputo de estatísticas específicas.

7.2.3. Concentração na Propriedade das Cotas

A concentração de propriedade das cotas em um ou poucos cotistas torna também mais provável a existência de solicitações de resgate em volume relevante, de tal forma que o são acompanhados indicadores de concentração, quando disponíveis os dados.

7.2.4. Composição da Base de Cotistas

Diferentes segmentos de cotistas/investidores possuem diferentes níveis de monitoramento dos seus investimentos, e de sensibilidade ao risco. Dessa forma, quando disponíveis os dados, são levados também em consideração dados quanto à composição da base de cotistas, por segmento, no cômputo dos indicadores de concentração e projeção de solicitações de resgate.

7.3. Limites de Risco de Liquidez

Define-se como limite em termos de risco de liquidez que: a composição de liquidez dos ativos detidos por cada carteira seja igual ou superior às suas obrigações já contratadas nos seus respectivos prazos analisados (resgates já solicitados, despesas e taxas já provisionadas), acrescido da volatilidade projetada nas suas possíveis chamadas de margem para no horizonte de um dia.

A análise do histórico de resgates, indicadores de concentração, projeções e eventuais descasamentos em determinados horizontes de tempo é realizada de forma contínua, e possíveis casos de iliquidez serão levados para o Comitê de Risco e Compliance aplicável.

8. Risco Operacional

Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e/ou sistemas, ou de eventos externos à Gestora.

A gestão de risco operacional é realizada pela área de Risco e Compliance, e possui três principais esferas de atuação para o seu monitoramento, controle e mitigação:

- **Automação de fluxos e processos** - visando minimizar a intervenção humana e os potenciais riscos daí decorrentes.
- **Registro de incidentes** – permite o monitoramento e criação de um panorama geral dos principais riscos operacionais existentes;



- **Reporte e ação corretiva** – dá-se no Comitê de Risco e Compliance. Nele são apresentados os principais incidentes ocorridos e, em função da importância atribuída a cada um, promovem-se planos de ação para evitar a reincidência.

9. Consultoria Externa para Avaliação de Ativos

A Kuará Capital poderá contratar terceiros para auxiliar na avaliação ou monitoramentos de ativos que venham a integrar a carteiras dos fundos de investimento que realiza gestão, devendo, no entanto, usar a sua diligência tanto na contratação quanto na interpretação e uso dos laudos e pareceres técnicos fornecidos.

10. Arquivamento de Dados e Documentos

Os dados referentes ao cumprimento do disposto neste documento, tais como atas, apresentações e relatórios, serão arquivados por um prazo de 5 (cinco) anos, estando à disposição para consulta das autoridades aplicáveis sob solicitação.

11. Validade do Documento

A presente Política de Gestão de Risco entra em vigor na data de publicação que consta na sua capa, e com prazo de validade indeterminado. Deverá, no entanto, ser revisto em períodos não maiores que 12 (doze) meses.